**“Os riscos da crise de representatividade para a democracia brasileira”**

Sabe-se que o Brasil, viveu diversos períodos problemáticas e opressores, como a República do Café com Leite e a Ditadura militar. Nesse sentindo, a democracia brasileira, veio de forma tardia, em 1988, após a promulgação da Constituição Cidadã. Todavia, vale colocar que existe diversas problemáticas na recente democracia nacional, uma vez que existe uma descrença da população no sistema político e é nítida a falta de representatividade na sociedade de algumas classes sociais. Com isso, essa causa merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é importante entender que o país adota uma democracia representativa em que a população elege aquele que acredita que melhor a representa. Entretanto, com os diversos capítulos de má-administração nos últimos anos, essa situação leva a desilusão à sociedade, desestimulando-a, muitas vezes, a exercer o direito ao voto. Em função disso, o percentual de abnegação de votos aumenta a cada ano eleitoral, de acordo com dados do TSE (tribunal superior eleitoral).

Em outro plano, por mais que os Estados tenham consolidado suas democracias – fortalecendo sistemas eleitorais, prezando pela legalidade e moralidade do exercício dos mandatos – percebe-se que, os grupos minoritários não participavam efetivamente desse processo. Nesse contexto, vale salientar que as minorias sociais também são refletidas dentro da política. Segundo dados da Câmara dos Deputados, em 2019, dos 513 deputados, apenas 77 são mulheres. Além disso, outro integrante dos grupos das minorias sociais, os negros, também possuem baixam representatividade na política, visto que representam 10% das vagas eleitorais, segundo dados do Supremo Tribunal de Justiça.

Logo, medidas devem ser efetivadas a fim de mitigar essa problemática dentro do cenário político brasileiro. Portanto, a mídia, como forma de atuar em favor da população, deve cumprir sua função social e noticiar os casos de corrupção e de quaisquer ilegalidades presentes no Governo, por meio do jornal e da veiculação de dados na Internet – com profissionais especializados na área jornalística. Com o conhecimento em mãos, a população poderá pressionar os poderes para a punição dos acusados, como prisões. Ademais, os responsáveis pelo poder Legislativo devem criar leis que promovam a igualdade representativa das minorias sociais.